

## RESENHA

KLAFKE, Antonio Álvaro; WEIMER, Rodrigo de Azevedo; FURINI, Vinícius Reis. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2022. **A cidade que devora malocas:** habitação popular e o espaço urbano de Porto Alegre (c. 1943-c. 1973)

## REVIEW

KLAFKE, Antonio Álvaro; WEIMER, Rodrigo de Azevedo; FURINI, Vinícius Reis. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2022. **The city that devours malocas:** popular housing and the urban space of Porto Alegre (c. 1943-c. 1973)

LUÍSA MACHADO MONTEDO DE OLIVEIRA<sup>1</sup>

*A cidade que devora malocas* conquistou o primeiro lugar na categoria Ciências Sociais Aplicadas no 9º prêmio da Associação Brasileira de Editoras Universitárias (Abeu). A obra, escrita a seis mãos, pelos historiadores Álvaro Klafke, Rodrigo Weimer e Vinícius Furini, narra o processo de surgimento das vilas populares entre os anos de 1943-1973, e como se deu a exclusão urbana em relação às classes subalternas-, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, chamadas então de vilas de “malocas”.

O livro, publicado em 2022 pela editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), está dividido em sete capítulos.

Inicialmente, no capítulo um, intitulado “O que é uma maloca? Favelas, malocas e maloqueiros”, os autores utilizam-se do olhar da imprensa sobre as vilas de malocas (p.30) e buscam a etimologia das palavras para defini-las. Desta forma, chamam a atenção para a visão pejorativa construída em cima das expressões. Como exemplo, citaremos a definição de “maloqueiro”, descrita do Dicionário de Língua Portuguesa Houaiss de 1823:

Menor que vagueia pelas ruas, pedindo dinheiro e praticando pequenos furtos; pivete; indivíduo andrajoso, malcriado, grosseiro;

---

<sup>1</sup> Mestranda em História pela Universidade Federal de Pelotas. E-mail: luisamontedo@gmail.com

marginal; que vive ou pernoita em maloca (p.32).

Conquanto, o segundo capítulo, denominado “Raça e cor nas vilas de malocas”, os autores apontam para o fato de terem dificuldades de localizar a cor dos “maloqueiros” nas fontes administrativas. Destarte, as cores dos sujeitos normalmente são mencionadas em jornais, quando há alguma notícia sobre crimes ou tráfico de drogas. Quando a observação de um delito ocorre envolvendo uma pessoa branca, habitualmente a classificação de cor é omitida. Os marcadores de cor e raça aparecem sempre associados a algo pejorativo quando o indivíduo é negro; quando branco, ele é quase “incolor”, assim relatam as páginas policiais de alguns periódicos de Porto Alegre.

No terceiro tópico, “O crescimento da cidade e as malocas”, é ressaltado que as “vilas” são empurradas para áreas periféricas da cidade quando o centro encontra-se em expansão, e isto está diretamente ligado ao mercado imobiliário. No período da ditadura civil-militar brasileira, a transferência de malocas para conjuntos habitacionais mais distantes das áreas centrais foi um projeto político. Os autores destacam a fala da senhora Julia Rodrigues Lourenço, retirada da Ilhota e realocada na Restinga, ainda na década de 1960. Quando o entrevistador pergunta à Dona Julia como foi essa remoção forçada, a interlocutora responde que: “é no tempo do Castelo Branco”. Essa política de Estado de “favelização”, que ocorreu não só no Rio Grande do Sul, como no Rio de Janeiro, foi um fracasso, pois não logrou seu objetivo de dirimir a “proliferação” das vilas de malocas.

No capítulo quatro, intitulado “Flagelados pelas coisas da vida”, os autores utilizam-se da História oral para embasar seus argumentos. Importante evidenciar que as entrevistas não foram elaboradas por eles, mas fazem parte de um projeto denominado “Memórias dos Bairros”, vinculado à prefeitura de Porto Alegre, durante os governos petistas, nas décadas de 1980 e 1990. Durante as entrevistas com os moradores de bairros periféricos de Porto Alegre, fica evidente que se estabelecer em uma vila popular “representava a pior das alternativas (p.86)”, induzida pela necessidade econômica, pois pagar aluguel em áreas centrais tornava-se

inviável devido ao custo elevado. Da mesma forma, “a irregularidade de boa parte das ocupações nas vilas de destino viabilizava moradia gratuita (p.87)”, o que acaba por tornar-se um atrativo para trabalhadores mal remunerados. Pelos depoimentos, nota-se que as mudanças para as vilas não foram uma opção, mas sim um modo de coerção, em especial econômica, adotado como política pela prefeitura municipal da época - 1943-1973. Conforme os autores,

Com base nos depoimentos (...) podemos inferir que ocupar uma “vila de malocas” entre os anos 1950-1970, constituía predominantemente um fator de desagrado, algo a que se era compelido ou obrigado. É possível, que décadas depois, alguns moradores, talvez influenciados por filhos nascidos ou criados na comunidade, positivassem a instalação de residências no local. No entanto, a ênfase da maior parte das entrevistas realizadas com idosos (...) está na impotência perante fatores econômicos ou extraeconômicos (p.89).

Na quinta parte, “Relatos da vida nas vilas populares”, Klafke, Weimer e Furini retomam o depoimento de dona Zeli Barbosa, que viveu durante parte da década de 1960 e início de 1970 na Ilhota. Os escritos têm caráter memorialístico e tratam da vida de uma mulher vivendo em uma “maloca” na cidade de Porto Alegre. Desta forma, é feita uma aproximação com as memórias de Carolina Maria de Jesus, uma mulher negra, também “favelada”, que ficou internacionalmente conhecida por sua escrita, fortemente marcada pelo atravessamento da fome. No mesmo capítulo, os autores discorrem sobre as formas de violência dentro das “vilas”, sejam elas policiais, estatais, ou por parte dos códigos de honra, que permeavam o imaginário dos moradores, em especial dos homens, quando recorriam a fazer justiça com as próprias mãos; em relação às mulheres, “a arma utilizada pelas mesmas era a fofoca, a qual se evidencia tanto nos relatos de Zeli Barbosa como nos de Carolina de Jesus (p.104)”. Ambas autoras registraram serem avessas às fofocas que circulavam no lugar em que residiam, colocando-se, muitas vezes, alheias às situações que ocorriam nas vilas, por se sentirem não pertencentes ao ambiente em que viviam, criando-se, desta forma, uma relação de alteridade com os demais habitantes.

Na penúltima parte da obra, os autores tratam das representações criadas das “vilas de malocas”, através dos periódicos *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*, estabelecendo relação entre o desenvolvimento da metrópole -Porto Alegre- e as vilas de populações postas às margens da sociedade. Através da análise dos mencionados jornais, os escritores destacam cinco importantes pontos que surgiram a partir da análise dos jornais: êxodo rural, habitação, cotidiano, estigma e remoções. Entre os pontos citados, dado o caráter sucinto que uma resenha deve ter, exporemos somente um, que acreditamos que tenha maior relevância: o êxodo rural. É ressaltado que os periódicos insistiam em apontar o caráter da migração rural em direção a Porto Alegre, isso se daria devido a dois fatores conectados:

A histórica situação de desassistência às populações do campo (...); e a conjuntura de industrialização em torno das grandes cidades, absorvendo parte da mão de obra que deixava o campo em busca de sustento (p.119, 120).

No entanto, o desenvolvimento dos equipamentos urbanos não acompanharia o ritmo migratório ditado por tais fatores.

E, por fim, o sétimo e último capítulo, de título “Apanhado sintético de dez vilas de malocas”, é feita uma compilação do que já foi abordado no decorrer da obra, através do exemplo de algumas vilas de Porto Alegre.

Em síntese, a relevância da obra consiste em um novo olhar lançado sobre as vilas de malocas em Porto Alegre e toda sua gente que as habitam. Com um viés higienista, as políticas de remoção das vilas foram um fracasso, pois, mais do que deslocar vilas de um lugar para o outro, o poder público as multiplicou, visto que, “em diversos casos, elas deixaram reminiscências em seus lugares de origem, ao mesmo tempo em que se desdobraram em novos espaços (p.186)”.

A diversidade de fontes utilizadas pelos autores, bem como a análise requintada das mesmas, teve como fruto uma obra inédita do ponto de vista historiográfico, pois possibilitou uma nova interpretação das relações centro-periferia, constituídas, primeiramente, a partir de valores classistas e racistas; desta forma, nota-se que as vilas de malocas foram

estigmatizadas, como foi possível observar através da análise dos periódicos que circulavam à época.

O ineditismo também consiste em apontar para uma forte diversidade étnica nas periferias, sendo que o senso comum sempre olhou para esses lugares como “depósito” de pessoas negras, em especial no período do pós-abolição. Os autores apontam que, em meados do século XX, a maioria da população que habitava as vilas de malocas era de pessoas brancas e pobres.

E, por fim, também são destacadas durante a escrita as formas de resistência da população das vilas frente à repressão do Estado. Como já mencionado, existiam maneiras de organização e códigos morais vigentes nesses espaços, sendo assim, os moradores organizavam-se coletivamente para buscar frear as injustiças que ocorriam dentro do ambiente em que habitavam, essas pessoas procuravam ajuda policial, por exemplo, somente em último caso, quando os crimes extrapolavam a esfera dos códigos morais.

Em síntese, o livro se faz necessário quando visa compreender a dinâmica da desigualdade social na contemporaneidade na cidade de Porto Alegre. Bem como, apresenta uma ampla diversidade de fontes e mapas, o que possibilita ao leitor a opção de visualizar o cenário geográfico da urbe. O livro narra a história de uma cidade, assim como a de seus moradores, e mostra uma paisagem onde a agência dos indivíduos é privilegiada. A expansão das vilas continua atualmente, haja vista a desigualdade social pulsante, as pessoas são empurradas para as margens de uma cidade que *devora malocas*.

## REFERÊNCIA:

KLAFKE, Antonio Álvaro; WEIMER, Rodrigo de Azevedo; FURINI, Vinícius Reis. **A cidade que devora malocas Habitação popular e o espaço urbano de Porto Alegre (c. 1943-c. 1973)**, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2022.

**Recebido em 11/04/2024.**

**Aprovado para publicação em 29/07/2024.**